



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

19 e 20 de novembro de 2022

Cotidiano

“DESCUBRA O PODER DAS ÁGUAS”

Descubra o poder das águas / Termalismo social / Águas termais /
Departamento de Saúde Pública / Universidade Federal de Santa Catarina /
UFSC

>> COTIDIANO | DE SC PARA O MUNDO

DESCUBRA O PODER DAS ÁGUAS

Produção da NSC TV mostra como as águas estão ajudando a cuidar da saúde dos brasileiros e será exibida no Globo Repórter na sexta-feira, dia 25

ELAINE SIMIANO
elaine.simiano@nsc.com.br

Dom João VI já sabia da existência das fontes termominerais de Santo Amaro da Imperatriz bem antes de mudar a corte de Portugal para o Brasil Colônia, em 1808, expulso por Napoleão Bonaparte. Desde a Antiguidade, as águas termais são sinônimo de bem-estar e as de Santo Amaro eram um privilégio histórico dos indígenas bororenos.

Uma vez no Brasil, Dom João enviou um regimento de soldados para se apossar do aquífero. Tinha o plano de erguer um hospital de caldas no local, em 1814. Os bororenos resistiram e muito sangue foi derramado até o domínio português ser estabelecido. Trinta anos depois da pólvora calar as flechas, o Brasil ganhou o primeiro hospital de caldas, isto é, de águas minerais quentes. Era um dos poucos recursos médicos disponíveis na época, em 1845.

Dom Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina vieram especialmente para a inauguração, o que mostra a dimensão histórica do fato. O nascimento da Princesa Isabel – nove meses depois da passagem do casal imperial – só reforçou a fama daquela água

ser curativa e milagrosa. O pequeno Arraial de Santana do Cubatão passou a se chamar Santo Amaro da Imperatriz.

DUZENTOS ANOS DEPOIS

Dois séculos se passaram e a riqueza tão disputada foi quase esquecida. A ideia do programa “O poder das águas”, que será exibido no Globo Repórter da próxima sexta-feira, dia 25, é a de resgatar esse tesouro natural. Fomos investigar como as águas termais, não apenas a de Santo Amaro, estão ajudando a cuidar da saúde dos brasileiros. O potencial é imenso. Foi uma viagem de descobertas.

Na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), pesquisadores do Laboratório de Neurociências Experimental (Lanex) trabalham para explicar como a água termomineral de Santo Amaro age no organismo aplacando dores e inflamações. Testes em camundongos revelaram resultados promissores no tratamento das dores musculares e ósseas e também para as causadas por lesões em nervos, como a latejante e indesejada dor no ciático.

São pesquisas inéditas que o programa vai mostrar em detalhes.

Termalismo social

Também visitamos duas cidades catarinenses que estão levando muito a sério o chamado termalismo social. O termo é adotado para nomear o uso das águas termominerais no tratamento da população, oferecido de graça, pelo SUS, como uma prática integrativa e complementar. A pioneira foi Santa Rosa de Lima, no Sul do Estado. Os pouco mais de 2 mil habitantes têm o privilégio de cuidar da saúde numa piscina de água termal.

O que começou há 12 anos de forma intuitiva, de um ano para cá ganhou protocolos científicos de tratamento, desenvolvidos por pesquisadores do departamento de saúde pública da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esses protocolos definiram o tempo de imersão, o número de banhos, a quantidade de água a ser ingerida pelo paciente, de acordo como o que está sendo tratado. Segundo o médico do posto de saúde da pequena cidade, o consumo de analgésicos em Santa Rosa de Lima

caiu sensivelmente.

Mas se há um lugar no Brasil que hoje é um laboratório do termalismo social é Santo Amaro da Imperatriz. A cidade da Grande Florianópolis, de 25 mil habitantes, está explorando um leque de tratamentos com a água termal histórica. Sim, aquela mesma tão apreciada pelos indígenas, cobiçada por Dom João VI e imortalizada ao banhar Dom Pedro II.

Agora, ela está sendo usada com sucesso em casos tão distintos, como para aliviar as dores dos tratamentos contra o câncer e proporcionar relaxamento às crianças com o transtorno do espectro autista. Também pacientes com feridas graves – causadas por problemas circulatórios e que não respondiam às terapias tradicionais – estão se beneficiando das propriedades antissépticas e cicatrizantes dessa água. O programa vai mostrar histórias de vidas que foram transformadas por essas águas.





1

1 Santo Amaro da Imperatriz, na Grande Florianópolis, é um dos locais visitados pela reportagem, para mostrar os benefícios das águas termais

Para além das fontes termais

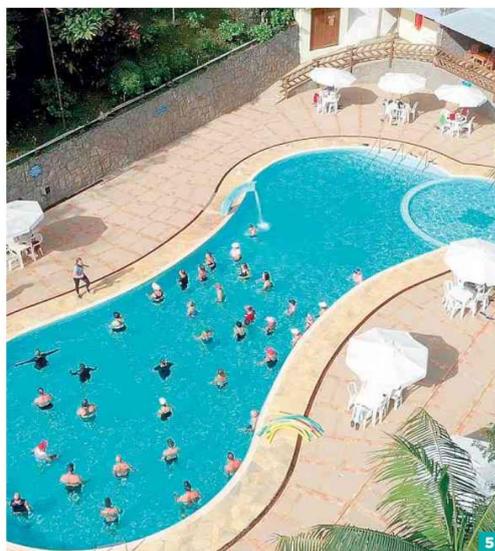
Essa força natural não é exclusividade das águas ricas em minerais que brotam quentes do fundo da terra. A equipe da NSC TV também foi até a Bahia para ver de perto como um médico usa água da torneira de casa para atender os pacientes. O doutor Aureo chegou ao Vale do Capão, na Chapada Diamantina, 40 anos atrás. Então, não havia médico, posto de saúde e a população era muito pobre. Ele passou a ensinar aos moradores técnicas simples e acessíveis da hidroterapia, entre elas a da faixa úmida.

Trata-se de uma compressa de gaze, molhada em água fria, aplicada sobre a barriga e enrolada com uma toalha seca. Estudantes de medicina e de enfermagem de todo o país vão ao posto de saúde da localidade para ter aulas práticas com o doutor Aureo. Nos lares do Vale do Capão, a faixa úmida é passada de mãe para filha e usada para tratar até animais domésticos.

Voltando para Santa Catarina, a gente foi até Balneário Piçarras, no Litoral Norte, para conhecer um programa da prefeitura que usa a água do mar – o recurso mais abundante do município – para promover a saúde da população. Quatro séculos antes de Cristo, Hipócrates, o patrono da medicina moderna, já exaltava os benefícios da talassoterapia. O Brasil, com mais de 8,5 mil quilômetros de costa, ainda ignora o potencial da água do mar e do ar marinho no tratamento de doenças e na promoção do bem-estar. Balneário Piçarras está tentando mudar essa história e a gente vai mostrar como.



2



5

2 Dom Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina vieram especialmente para a inauguração do hospital de caldas, onde hoje fica é a cidade de Santo Amaro da Imperatriz

3 Piratuba, no Oeste do Estado, é referência no turismo de águas termais e tem uma festa que se tornou tradição

4 Em Balneário Piçarras, no Litoral Norte, um programa da prefeitura usa a água do mar para promover a saúde da população, com a talassoterapia

5 Em Santa Rosa de Lima, no Sul do Estado, o uso das águas termominerais no tratamento da população é oferecido de graça, pelo SUS, como uma prática integrativa e complementar



3

6 A produção também foi à Bahia para conhecer o doutor Aureo, que ensina aos moradores técnicas acessíveis da hidroterapia

O potencial turístico das águas termais

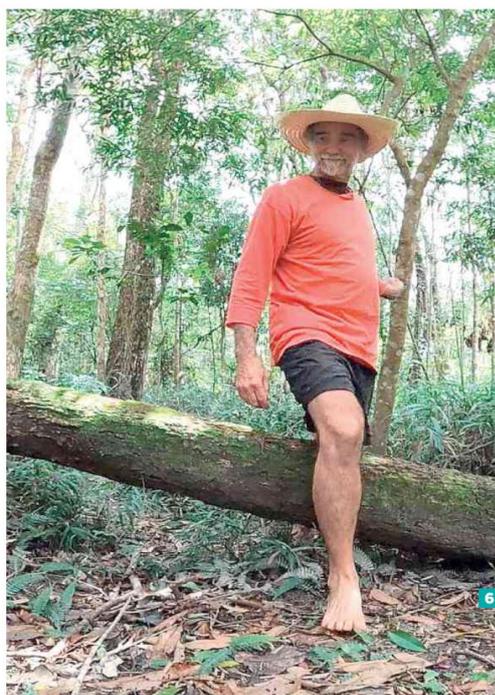
Tem uma cidade no Brasil em que o número de leitos de hotel é maior do que o da própria população. Esse município é Piratuba, no Oeste de Santa Catarina, que tem cerca de 4 mil habitantes. Na década de 1960, o solo da região foi perfurado atrás de petróleo. Mas o que jorrou da terra foi uma fartura de água termomineral sulfurosa.

Virou a verdadeira riqueza da cidade que cresceu impulsionada pelo turismo termal. O que nos levou a Piratuba foi uma festa que está se tornando uma tradição. Moradores e milhares de turistas vestem o mesmo traje para celebrar a maior riqueza da cidade. A equipe da NSC TV, claro, encomendou as roupas e também caiu na folia.

O programa “O poder das águas” foi produzida entre abril e outubro deste ano.



4



6

A EQUIPE

Confira o time que trabalhou na produção do programa:

- **Reportagem:** Ricardo Von Dorff
- **Repórteres cinematográficos:** Mateus Castro e Renato Soder
- Auxiliar técnico: Maurício Veloso
- **Direção:** Mário César Gomes
- **Coordenação:** Elaine Simiano

DC Revista, AN Revista e Santa Revista (19.11 – 25.11.2022)

Capa e Reportagem Especial

“MEMÓRIA DE NEGROS ESCRAVIZADOS RESISTE EM SC”

Memória de negros escravizados resiste em SC / Escravidão / Professor /
Henrique Espada Lima / Departamento de História / Universidade Federal de
Santa Catarina / UFSC



MEMÓRIA DE NEGROS ESCRAVIZADOS RESISTE EM SC

TAGO GRIZZI

"Livro de Penhor de Escravos" está no Museu do Judiciário Catarinense, em Florianópolis



Clara

26 anos
Cozinheira
Itajaí (SC)
Apta fisicamente
Moralidade boa
Pele de cor preta

Arquivo raro, livro com informações de escravos foi recém-encontrado em Itajaí. Restaurado, ele passou a fazer parte do acervo do Museu do Judiciário Catarinense, em Florianópolis

PAULO BATISTELLA
paulo.batistella@nsc.com.br

Clara quase foi esquecida. Resistiram, contudo, algumas poucas lembranças sobre ela, a começar pelo nome de registro, isolado assim mesmo e sem um sobrenome. Vão aqui outras memórias que ficaram: era cozinheira, sobrevivia em Itajaí, no Litoral Norte de Santa Catarina, dispunha de aptidão física para o trabalho e tinha uma moralidade considerada boa para os costumes da época. Tinha a pele de cor preta. Aos 26 anos, estava ainda a 15 de poder testemunhar o fim da escravidão no Brasil.

Os poucos registros sobre Clara aparecem em um documento desse período histórico recém-encontrado em Itajaí. Trata-se de um livro com informações sobre ela e outras diversas pessoas negras que eram escravizadas na região na altura de 1873. Restaurado, ele passou a fazer parte do acervo do Museu do Judiciário Catarinense, em Florianópolis, agora no mês que marca a Consciência Negra, após ter sobrevivido a uma queima geral de arquivos sobre a escravidão no país e à ação do tempo nos 149 anos em que esteve esquecido.

Por conta disso, apesar de ainda faltar de estudos mais aprofundados sobre o conteúdo, o livro já é tratado por historiadores consultados pelo Diário Catarinense como uma obra rara sobre a escravidão.

COMO A OBRA FOI ENCONTRADA

O documento foi encontrado nos arquivos do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Itajaí, um cartório extrajudicial na cidade, em dezembro do ano passado, pelo advogado Lucas Paes Koch, que havia acabado de assumir interinamente o local em nome do Estado. Fã

de história, ele buscou autorização então do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) para promover o restauro da obra, bastante debilitada, o que foi acatado.

Foi impactante encontrá-la, pelo peso histórico que ela carrega. Fiquei empolgado pela possibilidade de divulgá-la, porque é uma obra que combate a desinformação e a desigualdade. As pessoas têm que saber o que aconteceu – diz o advogado, que enviou o documento para um instituto especializado de Salvador (BA), por indicação da Biblioteca Nacional e do Instituto Ruy Barbosa (IRB), referências no assunto.

Ao longo do processo de restauração, as 149 páginas do livro de três quilos foram então lavadas, recuperadas, já que faltavam pedaços em algumas delas, e encadernadas. Ele ganhou também uma capa com o título "Livro de Penhor de Escravos", expressão que estava escrita em uma etiqueta colada a ele, que parece não ser tão antiga quanto a obra e ter sido colocada posteriormente – a restauradora optou por manter o nome catalogado pelo cartório.

A obra é uma espécie de inventário em que senhores de escravos listam informações sobre pessoas escravizadas por eles que poderiam vir a ser libertas mediante o pagamento de uma indenização aos próprios escravistas por um fundo público, uma possibilidade que passou a ser prevista pela Lei do Ventre Livre, de 1871, que deu início a um fim da escravidão, em 1888.

Em cada linha do registro, aparecem o nome da pessoa escravizada, sempre acompanhado de qualquer sobrenome, a idade, a matrícula (o número de registro daquele ser humano, tratado ali como uma posse do escravista), a cor da pele (parda ou preta), a profissão, a aptidão e moralidade. Há ainda um campo com o nome do senhor de escravo, esse com sobrenomes, e outro para observações, que traz, em geral, informações sobre o cativo ter filhos ou familiares.

Qual o contexto e a importância da obra

Especialista no tema, o professor Henrique Espada Lima, do departamento de história da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), explica que a obra se insere em um contexto de disputa sobre o futuro da escravidão, em que, apesar de o fim parecer iminente e já anunciado em outras partes do Ocidente, a elite branca brasileira tentava minimizar perdas financeiras.

Ele lembra que a economia do país era profundamente dependente do regime escravista — mesmo em contextos urbanos como o de Itajaí, famílias que não seriam hoje consideradas ricas tinham, à época, de um a cinco escravos em casa, entendidos como bens, e não como pessoas. Ainda segundo o historiador, a Lei do Ventre Livre surgiu neste sentido.

— Estava na cara que a escravidão iria acabar, mas, mesmo assim, uma elite proprietária se manteve aferrada à escravidão até o último momento. Então essa lei de 1811 e também a dos Sexagenários, que previa a libertação de escravizados com mais de 60 anos, extraídas a muito custo pelo Parlamento brasileiro à época, eram uma tentativa de dar fim à escravidão de maneira mais previsível e com o menor custo possível para os senhores de escravos — afirma o pesquisador da UFSC.

Para executar o fundo, a Lei do Ventre Livre também previa que, a cada ano, os proprietários escravistas declarassem às autoridades locais informações dos escravizados na posse. Nomes que não fossem manifestados estariam libertos. E nessa etapa do processo que surge o documento achado em Itajaí. A legislação previa que províncias e municípios pudessem gerir fundos próprios para esse fim, mas eles dependiam de repasses dos impostos do mercado escravista, das taxas cobradas sobre os senhores de escravos para que declarassem informações de seus cativos e da arrecadação de uma loteria associada à Lei do Ventre Livre, entre outras fontes de receita, como doações de grupos abolicionistas.

O também historiador José Bento Rosa da Silva, ex-professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e pesquisador da escravidão na região, acrescenta que fundos deste tipo eram também alvo de corrupção. Ele conta, fazendo menção ao livro “Dicionário da Escravidão Negra no Brasil”, do sociólogo Clóvis Moura, que a elite escravista desviava verbas de fundos de emancipação ou se aproveitava dos valores disponíveis para terem algum último rendimento com escravizados já velhos ou incapazes de trabalhar.

Rosa da Silva também afirma que é necessário ter cuidado com as informações prestadas pelos senhores de escravos sobre as pessoas escravizadas em documentos como o de Itajaí, uma vez que eles tentavam valorizá-las como produtos para que pudessem ter direito a uma indenização

maior dos fundos — um escravizado contrariado com sua condição, por exemplo, seria declarado como de moralidade boa.

A Lei do Ventre Livre não estabelecia uma quantia a ser paga por cada liberto. Essa estimativa era feita a cada escravizado por uma junta classificatória composta por autoridades locais gestoras de cada fundo. Em Itajaí, Rosa da Silva já teve acesso, em pesquisa anterior, a um edital de 1883 convocado pela Câmara dos Vereadores, com o qual chamava escravistas a levarem seus cativos para serem precificados. Ele ainda narra que todo esse valor era repassado ao escravista. Já a pessoa antes escravizada passaria à condição de liberto sem qualquer reparação — Clara, a jovem negra citada no início desta reportagem, pode ter passado por isso.

— Ela não tem sobrenome. É Clara de quê? Ou de quem? Então, já começa pela identidade. Se liberto, possivelmente, ela vai buscar um sobrenome que lhe dê proteção, do antigo senhor. É uma escravizada do ambiente urbano, então, provavelmente, vai exercer o trabalho doméstico, de lavadeira, cozinheira, até na casa do mesmo senhor, ou vai vender coisas na rua. Outra alternativa era ir para a beira do cais e buscar uma forma de sobreviver — afirma o ex-professor da Univali.

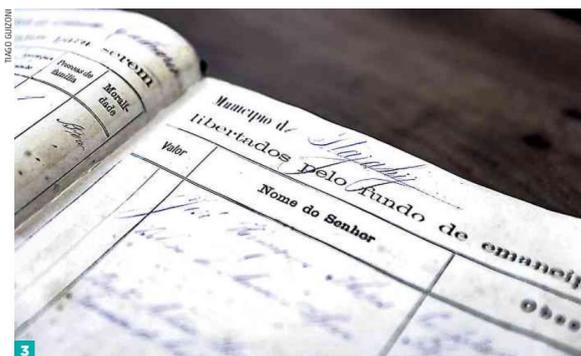
Os dois pesquisadores atentam para a importância da obra como possível objeto de futuras pesquisas. É possível identificar a partir dela, por exemplo, escravistas da época e até esboçar origens genealógicas de pessoas negras da região, privadas de memórias e registros das próprias origens.

O professor Henrique Espada Lima ainda destaca a relevância do documento devido à raridade, já que, em 1891, o então ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, determinou que fossem queimados todos os arquivos deste tipo, alusivos a um período de mais de 300 anos de escravidão no Brasil.

— Uma das primeiras coisas que ele faz é mandar destruir os registros fiscais da escravidão, de pagamento de impostos por escravos, de penhora, esses registros todos que poderiam produzir algum fundamento para um futuro processo que pedisse a reparação financeira por parte dos senhores de escravos. Esses documentos foram destruídos em sua maior parte, muitos deles estavam, inclusive, nos cartórios — afirma Lima, que diz acreditar que a obra de Itajaí pode ter sido esquecida.

Chefe da seção do Museu do Judiciário Catarinense, a também historiadora Jaqueline dos Santos Amaral reforça a disposição em submeter o arquivo a estudos e a já reconhecida importância dele.

— É uma fonte primária, é uma prova do que aconteceu — diz a servidora, que participou da cerimônia de recebimento da obra como uma doação de Lucas Paes Koch, em 8 de novembro. >> SEGUE >>



1 Historiadora Jaqueline dos Santos Amaral recebe doação de Lucas Paes Koch

2 A obra está exposta no museu, na sede do TJSC, na Rua Álvaro Millen da Silveira, de número 208, no Centro de Florianópolis. O local funciona em dias úteis das 12h às 19h

3 Documento tem anotações históricas

4 Condição em que a obra foi encontrada

DESIGUALDADE PATRIMONIAL ENTRE NEGROS E BRANCOS EM SC É A MAIOR DO PAÍS

Estudo do IBGE lista diferenças de moradia e de posses entre negros e brancos no país

PAULO BATISTELLA
paulo.batistella@nsc.com.br

Santa Catarina tem a maior desigualdade associada à cor da pele no país no que se refere às pessoas que conseguem viver em um domicílio próprio, segundo aponta estudo recém-publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre pessoas brancas, quase oito em cada 10 (77,5%) moravam em uma habitação própria em 2019, ano com dados mais recentes. No caso de pretos e pardos, ambos considerados negros no recorte do IBGE, esse número é de cerca de seis em cada 10 (58,2%).

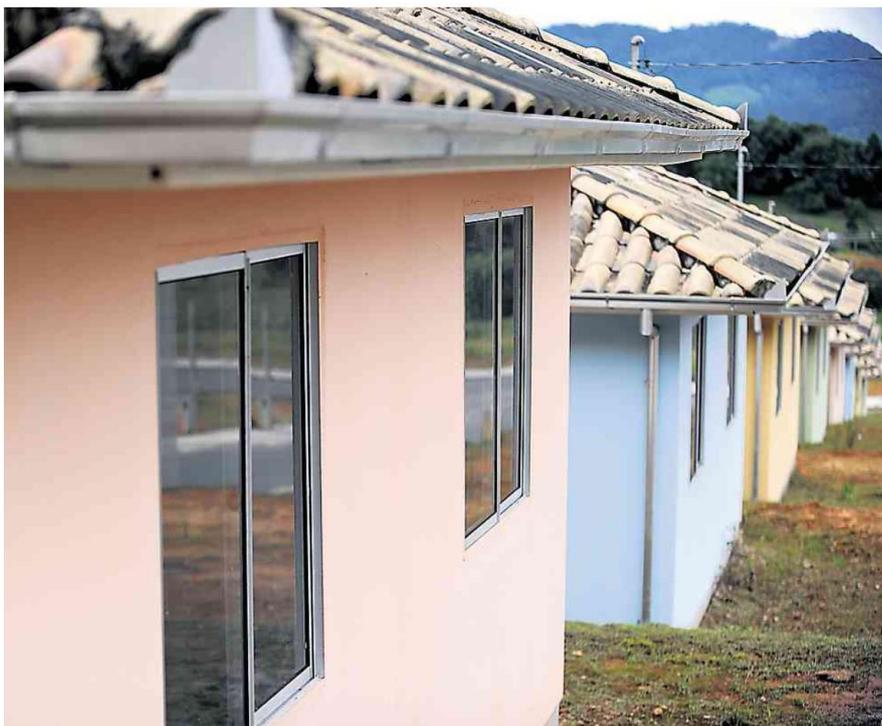
Além de ser a maior no Brasil, a diferença em Santa Catarina, de 19,3 pontos percentuais (p.p.), representa mais do que o dobro da margem do Distrito Federal, a segunda unidade federativa mais desigual neste critério, onde brancos estão 8,5 p.p. à frente de negros. A distância era de 1,4 p.p. na média nacional.

Os percentuais aparecem na segunda edição do estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, da última sexta-feira (11), que reúne disparidades raciais em vários indicadores socioeconômicos.

– O que norteia um estudo dessa natureza é considerar que a questão racial ocupa um lugar central na determinação das desigualdades do país, uma vez que ele teve seus ciclos econômicos estruturados por mais de 300 anos tendo o trabalho escravo como um de seus pilares. Essa característica deixou como consequência maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social para as pessoas de cor ou raça preta, parda ou indígena – explica João Hallak, analista do IBGE.

O estudo mostra que, entre as pessoas que viviam em domicílios próprios no Estado, a proporção das que tinham documentação de propriedade era maior entre brancos (93,9%) do que negros (84,7%).

Além disso, a pesquisa identifica que as pessoas brancas em Santa Catarina viviam em domicílios mais amplos, com 6,5 cômodos cada em média – no caso dos negros, eram 5,7 –, e com maior valor agregado. Se fossem alugados, os imóveis das famílias brancas custariam R\$ 851 mensais em



MARKON LAHNER/ARQUIVO

média, valor 21% maior do que o dos domicílios de residentes pretos ou pardos (R\$ 672).

O levantamento do IBGE também traz dados sobre outras posses, mas referentes aos anos de 2017 e 2018 e especificados apenas por região. Na que Santa Catarina se encontra, o Sul do país, eram maiores as proporções de pessoas brancas, se comparadas às negras, que tinham bens domésticos comuns, como geladeira, freezer, micro-ondas, máquina de lavar roupas, ar-condicionado e televisão.

O estudo acrescenta que era mais comum que negros tivessem motocicletas (22,6%) do que brancos (20,8%). No entanto, quando se trata de automóveis, a situação volta a se inverter. Quase sete de cada

10 pessoas brancas (69,8%) em Santa Catarina tinham ao menos uma unidade em casa, enquanto, no caso dos negros, eram menos de seis em cada 10 (58,1%).

A pesquisa do IBGE ainda aponta disparidades raciais em posses no campo, fazendo menção a dados nacionais do Censo Agropecuário de 2017. Naquele ano, negros eram maioria (50,6%) entre os proprietários de estabelecimentos agropecuários, à frente dos brancos (48%).

Contudo, pretos e pardos eram minoria entre os donos das maiores propriedades (19%), de mais de 10 mil hectares, em comparação às pessoas brancas (79,1%). Além disso, negros representavam 76,6% dos produtores que não tinham posse sobre área alguma, enquanto brancos somavam 20,6%.

Negros vivem em casas com menor número de cômodos, segundo IBGE



Acesse outros conteúdos em nsctotal.com.br

DC Revista, AN Revista e Santa Revista (19.11 – 25.11.2022)

Renato Igor

“ARQUITETO DA COPA DO CATAR EM SC”

Arquiteto da copa do catar em SC / Décio Ferreira / 4º BIM CREA-SC / Building Information Modeling / Centro de Cultura e Eventos / UFSC

ARQUITETO DA COPA DO CATAR EM SC

O arquiteto português Décio Ferreira participou na última semana, em Florianópolis, do 4º BIM CREA-SC, congresso que teve como tema “Conexão Total” e que ocorreu no Centro de Eventos da UFSC até a última sexta-feira, dia 18. O evento, de três dias, reuniu engenheiros, arquitetos e pesquisadores do Brasil e do exterior e que tiveram a oportunidade de ficar cara a cara com um dos arquitetos que ajudou a projetar o estádio onde será disputada a final da Copa do Mundo de 2022 no Catar.



FIFA DIVULGAÇÃO

O ESTÁDIO

O estádio será o palco da estreia do Brasil contra a Sérvia na próxima quinta-feira, dia 24. O Lusail Iconic Stadium foi todo concebido utilizando a metodologia BIM (Building Information Modeling). Lusail é o maior dos estádios do Catar, com capacidade para 80 mil pessoas. Ferreira participou do programa Conversas Cruzadas da CBN Floripa de quarta-feira, dia 16. Ele contou que o estádio tem dutos de ar-condicionado abaixo de cada cadeira de torcedor. A temperatura artificial é para dar maior conforto aos torcedores, mas o ar gelado não chega até os atletas no gramado.

DC Revista (Capa), AN Revista e Santa Revista (19.11 – 25.11.2022)

Caderno Agro 5.0

“Tecnologia no campo: Startups que estão revolucionando o agro catarinense”

Tecnologia no campo: Startups que estão revolucionando o agro catarinense /

Agronegócio / Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas /

CELTA / Spin-off / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC

AGRO 5.0

Caderno especial destaca o presente e o futuro do agronegócio catarinense
PÁGINAS 35 a 50



TECNOLOGIA NO CAMPO: STARTUPS QUE ESTÃO REVOLUCIONANDO O AGRO CATARINENSE

O agro brasileiro é líder em adoção de tecnologia no mundo e Santa Catarina segue a mesma linha. O setor tem sido um dos motores da economia e deve seguir com crescimento forte e consistente nos próximos anos. Segundo Joel Rizzo, diretor da Vertical Agtech, apesar de os segmentos de atuação das startups que atuam no agronegócio no grupo serem variados, a maior parte delas desenvolvem softwares para produtor rural e para indústria.

Dessa forma, o grupo de cerca de 40 empresas da Vertical Agtech contribui para essa realidade da inserção cada vez mais constante da tecnologia no agronegócio. Todas as startups do grupo são associadas da ACATE e desenvolvem soluções inovadoras em tecnologia para problemas do setor agro. O portfólio de soluções é amplo e envolve o desenvolvimento de softwares, hardwares, nanotecnologia e outras soluções, que melhoram os controles, a gestão e proporcionam ganhos de eficiência com mais produtividade, uso racional de recursos e ganhos financeiros e ambientais para o setor.

Há empresas importantes para a cadeia de suínos, aves, bovinocultura leiteira e fruticultura. A Seasonree é uma startup que atua principalmente com maçãs. A empresa coleta informações no campo, processa e gera diagnósticos sobre pomares. Utiliza a visão computacional, inteligência artificial, IOT e sensoriamento remoto como principais ferramentas para o diagnóstico gerado. Atualmente, o principal produto da empresa é a contagem de frutos e classificação de frutos pré-colheita utilizando visão computacional.

Há empresas também que trabalham com nanotecnologia, com encapsulados e também com desenvolvimento de hardware para automação de granjas, de suínos, aves, como a Pecsmart. A empresa desenvolve microfones para medir suínos ou aves. Com esta aplicação, torna-se possível a observação contínua do estado de saúde respiratório dos animais, antecipando a identificação de doenças e, conseqüentemente, reduzindo a aplicação de antibióticos.

Na parte agroindustrial tem a Focculus Automação, que desenvolve máquinas e equipamentos automatizados para os setores alimentício, de abrasivos, de pecuária leiteira e do agronegócio. Há ainda empresas que trabalham com culturas não tão tradicionais no estado catarinense, como a Ionics, que trabalha com abastecimento de frota para colheita de cana de açúcar.

TESTE PARA MAPEAMENTO GENÉTICO DE BOVINOS

Em Santa Catarina, a Scienco Biotech desenvolveu um teste que, de forma rápida, faz o mapeamento genético de bovinos e permite a produção de leite A2, que é mais digestivo e se assemelha ao leite materno. A Scienco Biotech foi a primeira startup a desenvolver esse teste no Brasil.

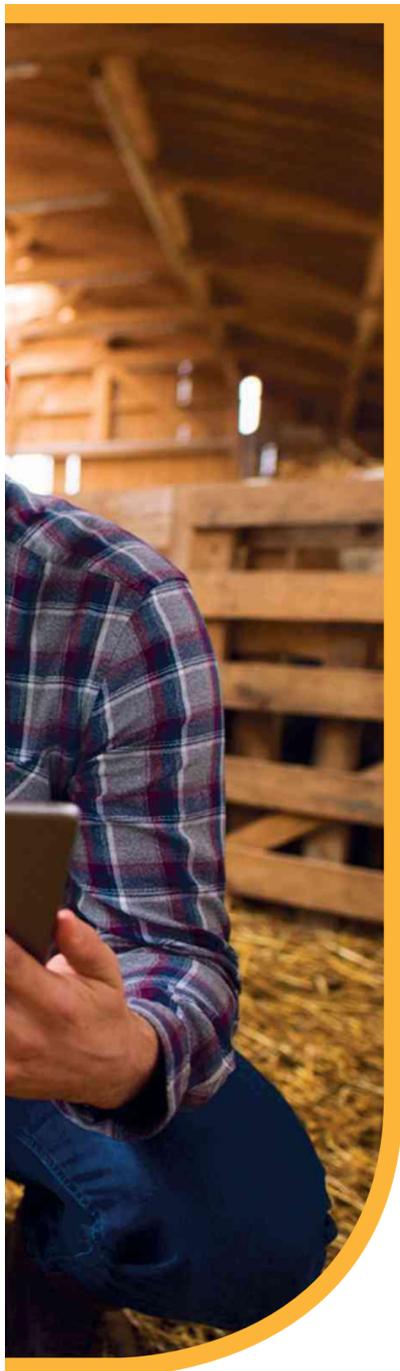
Animais com genótipo A2A2 produzem leite livre de uma proteína conhecida como beta caseína A1, que traz desconfortos intestinais e difícil digestão para indivíduos sensíveis. No entanto, genotipar grandes rebanhos é difícil e caro, o que muitas vezes inviabiliza o estudo do rebanho nacional para selecioná-lo com animais puramente A2.

— Nosso teste é rápido, barato, de fácil coleta e o próprio produtor pode coletar uma gotinha de leite do animal em um frasco que nós enviamos. Logo após, o produtor congela o leite e nos envia por transportadora no dia seguinte. Ao recebermos o leite, analisamos rapidamente e enviamos o estudo apontando quais dos seus animais são A2A2. Isso tem permitido que pequenos ou grandes produtores tenham conhecimento de seu rebanho com rapidez e baixo custo — explica Maria de Lourdes Borba Magalhães, sócia fundadora da Scienco Biotech.

Dessa forma, é possível identificar se os animais são aptos a produzir este tipo de leite. As vacas que passaram no teste devem ser separadas e inseminadas artificialmente com sêmen de bois que também têm o genótipo A2A2.

— Em torno de 40% dos animais que analisamos são A2A2. Sabendo quais ani-





mais são A2A2, o produtor pode selecionar o gado no momento da fertilização in vitro e utilizar o sêmen (A2A2, que é mais caro) somente naqueles animais que são A2A2, garantindo que as novilhas serão A2A2. Além disso, o produtor pode separar imediatamente seu gado A2A2 e produzir um leite mais saudável imediatamente — garante Maria.

Atualmente, a ScienCo Biotech atende o Brasil todo. Somente na região Sul já foram mais de 2 mil animais testados nos últimos meses. O objetivo é que Santa Catarina seja o primeiro estado do Brasil com 100% do rebanho mapeado para garantir a seleção do rebanho para produzir um leite mais saudável para a população.

POLINIZAÇÃO DE FORMA MECANIZADA

No estado catarinense, a Kolecti foi a primeira startup a trabalhar com polinização de forma mecanizada e é também a primeira da América Latina a oferecer um serviço completo de polinização (coleta, extração, beneficiamento, armazenagem e aplicação). A ideia surgiu da experiência de 10 anos no setor florestal associada à carência no setor agrícola.

Julio Cesar Soznoski, diretor e engenheiro florestal da Kolecti, explica que, como toda nova tecnologia, validações precisam ser realizadas para avaliações e análises de resultados.

Dessa forma, a Kolecti realizou neste ano aplicações em grandes empresas para acompanhamento dos resultados que serão gerados na colheita dos frutos. Frutas produzidas no estado de Santa Catarina como maçã, pera, Kiwi e oliveiras vem sofrendo impacto significativo por problemas de polinização, este ano foram testadas aplicações em maçã e Kiwi.

— Sabemos que a polinização é responsável direta pela produção de sementes e frutos, uma falha natural de seus veículos de dispersão pode reverter em prejuízos significativos na produção de sementes e alimentos. O trabalho de polinização consiste desde a coleta de flores para extração do pólen, beneficiamento, análise, conservação e aplicação. A aplicação pode ser realizada através de equipamentos específicos via terrestre e aérea com drones, a tecnologia utilizada por drone foi desenvolvida por uma empresa parceira dos Estados Unidos — explica Julio.

O objetivo do serviço é garantir ao produtor que todo ano independente das ações negativas da natureza ele terá sua produção “Seguro Agrícola”. Além disso, com a tecnologia a produção não depende de agentes polinizadores, sejam eles abióticos (vento) ou bióticos (insetos) que podem não contribuir no período da polinização; nem da intervenção em períodos com alta umidade relativa do ar ou chuvas, que acabam prejudicando a dispersão de pólen e, consequentemente, a polinização.

Dessa forma, há o suprimento do período conhecido por “janela crítica”, que é quando a flor está receptiva, porém não há pólen disponível para o cruzamento e aumento da produção e qualidade dos frutos.

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS NANOENCAPSULADOS PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA

A NanoScoping é pioneira no desenvolvimento de sistemas nanoencapsulados verdes. A ideia surgiu do desafio global de garantir alimentos de qualidade em quantidade compatível com a população mundial sem que o agricultor precise recorrer a insumos químicos, como agrotóxicos, que podem trazer externalidades negativas ao meio ambiente e à saúde dos seres humanos e animais.



O agro brasileiro é líder em adoção de tecnologia no mundo e Santa Catarina segue a mesma linha. O setor tem sido um dos motores da economia e deve seguir com crescimento forte e consistente nos próximos anos.

Utilizando-se dos anos de experiência em nanotecnologia, a NanoScoping decidiu revolucionar o agronegócio, desenvolvendo três insumos agrícolas a base de extratos vegetais nanoencapsulados, os produtos Nano Agro, seguindo assim, na vanguarda do desenvolvimento tecnológico. Os produtos da NanoScoping são formulados apenas com produtos biocompatíveis e biodegradáveis, em um processo de produção que não produz resíduos tóxicos nem utilizam solventes orgânicos.

Beatriz Veleirinho, CEO e sócia da NanoScoping, explica que a empresa trabalha com biotecnologia e é especializada em nanotecnologia aplicada para o desenvolvimento de ingredientes ativos e produtos destinados aos setores agrícola, veterinário, cosmético e nutricional.

Criada em 2014, a NanoScoping encontra-se incubada no Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas – CELTA, em Florianópolis, Santa Catarina. Sendo uma spin-off da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Dessa forma, a linha Nano Agro é atualmente composta por três produtos, o Nano Agro Total que é uma mistura de três extratos vegetais essenciais – Citronela (*Cymbopogon winterianus*), Melaleuca (*Melaleuca alternifolia*) e Neem (*Azadirachta indica*) muito indicado para o controle de doenças fúngicas e bacterianas e no controle de pequenos insetos.

O Nano Agro Neem, que tem em sua composição apenas óleo de neem, conferido a ele atividades inseticidas e de repelência; e o Nano Agro Crop, que é elaborado a partir do óleo essencial de orégano, que devido à presença de compostos como timol e carvacrol, concedem a ele atividades inseticidas, fungicidas e bactericidas.

A NanoScoping desenvolveu um sistema nanoestruturado capaz de proteger esses ativos, viabilizando seu uso em larga escala. Todos os fitos insumos têm recomendação para os mais diversos sistemas produtivos em diferentes culturas como hortaliças, frutíferas, plantas ornamentais e grandes culturas.

— Vale destacar o vanguardismo da linha Nano Agro ao levar tecnologia de ponta para os sistemas orgânicos de produção, que em algumas situações, se vêem negligenciados pelo foco nos grandes produtores de commodities — salienta Beatriz.

Apesar de o produto ser novo, a startup já está trabalhando em conjunto com o distribuidor que atua na região sul do país. Além disso, vendas internacionais que já foram realizadas. É possível encontrar produtores utilizando os produtos Nano Agro na Europa e América Latina.

Notícias do Dia

Moacir Pereira (Interino: Paulo Rolemberg)

“A revisão dos incentivos fiscais”

A revisão dos incentivos fiscais / Juliano Giassi Goularti / UFSC

A revisão dos incentivos fiscais

Em 2023, o futuro governo e a Assembleia Legislativa terão um desafio para definir sobre a continuidade dos incentivos fiscais. Visto como essencial pela indústria catarinense, o benefício vai expirar para uma série de setores industriais no próximo ano.

O incentivo tem sido um instrumento que o Estado oferece para alavancar o desenvolvimento econômico. Para os empresários da indústria, o incentivo fiscal passou a ser um mecanismo de induzir o crescimento do Estado.

Na conversa com o governador eleito Jorginho Mello (PL), a indústria pediu uma participação nessa importante discussão junto à Assembleia Legislativa na questão da manutenção dos incentivos. A ideia é manter a paridade com Paraná e Rio Grande do Sul, já que temos aqui em Santa Catarina incentivos que são inferiores aos oferecidos nos Estados vizinhos.

É preciso equacionar essa situação para que não percamos investimentos e empresas. Um bom

exemplo é a Laticínios Tirol, que tem uma unidade em Ponta Grossa (PR), com leite captado em Santa Catarina e processado no Rio Grande do Sul, por questão de vantagem fiscal.

O presidente da Fiesc (Federação das Indústrias de Santa Catarina), Mario Cezar de Aguiar, disse: “A indústria catarinense não quer nenhuma benesse. Quer condições para competir. Por isso, é importante criar um ambiente favorável para que o setor possa se desenvolver

cada vez mais”.

Os incentivos fiscais do ICMS praticados pelos Estados brasileiros são uma prerrogativa do ente federativo, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988. Dentro da autonomia relativa e independência fiscal dos Estados, a política de renúncia do ICMS passou a ser utilizada pelos governadores como instrumento de desenvolvimento regional ou para desenvolver determinada atividade econômica.

Levantamento do doutor em economia, Juliano Giassi Goularti, pesquisador da UFSC, apontou que dobrou a concessão de incentivos fiscais pelo Estado de Santa Catarina no comparativo entre 2021 e 2022. Para este ano foram previstos mais de R\$ 14 bilhões, enquanto ano passado o valor ficou em R\$ 6,3 bilhões.

A indústria catarinense é diversificada e tem que ocorrer um equilíbrio para não gerar prejuízo na perda de empregos e arrecadação de impostos.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

19/11/2022

[Acampamentos turísticos cresceram 36% no Brasil, diz pesquisa da UFSC e MTur](#)

[Energia limpa na Copa do Mundo será desafio para Catar, diz especialista](#)

[Extrema direita não pode jogar sozinha nas redes, diz Letícia Cesarino](#)

[Hemocsc terá programação especial em novembro para celebrar dia do doador de sangue; confira](#)

[Internações por Covid-19 aumentam em SC e mais 11 estados](#)

[Internações por Covid-19 aumentam em SC e mais 11 estados, divulga FioCruz](#)

[Na COP 27, Santa Catarina lança edital de compra de ônibus elétricos para o transporte público intermunicipal](#)

[Pesquisa aponta formas de estímulo ao campismo e ao caravanismo](#)

[Recomendações para a política de cotas](#)

[Saiba quem faz parte dos grupos ligados ao agro na transição de governo de Lula](#)

[Servidores de Mafra participam de Encontro Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional](#)

[Sicredi Interestados RS/ES investe em placas solares](#)

[Startup Awards 2022: Santa Catarina vence em três categorias em premiação nacional de startups](#)

[Taurus completa 83 anos de história](#)

20/11/2022

[Boas práticas na gestão de orgânicos em Florianópolis servem de exemplo em evento da região metropolitana](#)

[Branquitude: Um campo de estudos críticos referentes ao privilégio das pessoas brancas em sociedades estruturadas pelo racismo](#)

[Caravanismo cresce 36% no país em seis meses](#)

[Entidades e jornalistas lançam carta em defesa de comunicação democrática para nortear governo Lula](#)

[Segundo dia do Enem tem corrida para não perder a prova e expectativa pela Copa em SC](#)